

----- ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de Junho do ano de dois mil e sete, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, a primeira reunião da sessão ordinária de Junho, da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Acta da segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, realizada no dia 02/03/2007; Acta da sessão ordinária de Abril, realizada no dia 20/04/2007 e Acta da sessão extraordinária, realizada no dia 25/04/2007: apreciação e aprovação; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente; -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** Ofício n.º 143.07-OE, datado de 25/05/2007, enviado pela Digníssima Procuradora da República – Ministério Público – Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja,

sobre a eventual alteração ao art. 22º do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** 5ª Modificação Orçamental – 2007: 3ª Revisão ao Orçamento da Receita; 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais e 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Proposta para aprovação do Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Proposta de Regulamento do Programa de Apoio à Comunidade Educativa: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Proposta de Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto sete:** Quadro de Pessoal da A.M.L.A.: apreciação e deliberação.-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO**-----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e quatro membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Silva da Fonseca (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Colos, em substituição do senhor António Eduardo Guerreiro da Silva, Presidente da respectiva Junta), António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre

Rebello dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Ivo Romão Loução Martins (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), José Guerreiro da Silva Mendes (Tesoureiro da Junta de Freguesia de São Teotónio, em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Diogo Castanheira Vilhena, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Telma Cristina Felizardo Guerreiro. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Carlos Alberto Silva Oliveira, Vereador eleito pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária realizada no dia vinte de Abril do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Fernando Silvestre da Encarnação, Joaquina Maria Eduardo Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, José da Silva Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare e Mário Lourenço Silva Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. -----

----- Em relação à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e cinco de Abril do corrente ano, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não haviam faltas

injustificadas.-----

----- Por último, quanto à reunião da Comissão Eventual para a Saúde, realizada no dia trinta de Abril do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Fernando Silvestre Encarnação.-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio a senhora Henriqueta Patrício que informou que vinha de Vila Nova de Milfontes, pela primeira vez a uma sessão de Assembleia Municipal para pedir ajuda. Revelou que tinha algumas pessoas da sua família com problemas de saúde e residia a cerca de cem metros do recinto provisório do baile da Associação de Reformados e Idosos daquela Freguesia. -----

----- Esclareceu ainda que o volume da música do baile era “infernai”, para além do facto de durante todo o dia, a partir das dez horas, colocarem uma carrinha com altifalantes a publicitar a realização do baile que apenas se iniciaria perto das vinte e uma horas. Revelou também que para o mês de Julho estavam agendados nove bailes e durante o mês de Agosto doze bailes.-----

----- Referiu que já se tinha dirigido a alguns órgãos a pedir ajuda e que lhe tinha sido mostrada uma licença passada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira a autorizar a realização dos bailes e, bem assim informou que já tinha exposto aquela situação à Guarda Nacional Republicana que a aconselhou a apresentar o assunto por escrito.-----

----- Por último, considerava que o trabalho daquela Associação era digno, no entanto sentia-se lesada, à semelhança de muitos residentes em Vila Nova de Milfontes que também não concordavam com aquela situação. -----

----- Interveio a senhora Jacoba Catarina Van Der Velden que informou que perto do depósito da água do Malavado e Fataca, existia um contentor do lixo e junto a esse encontrava-se um monte de plásticos e outros lixos agrícolas. Em face do exposto solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que fossem tomadas as medidas necessárias, no sentido

de serem removidos os citados lixos agrícolas, pois para além de poderem ser espalhados pelo vento, dava um mau aspecto visual para os residentes e turistas. -----

---- Ainda em relação aquele tema perguntou se no concelho de Odemira existia algum ponto de recolha daquele tipo de lixo. -----

----- Interveio a senhora Martina Pronk que informou que através do Gabinete de Apoio ao Empresário do Município de Odemira, estava a decorrer uma inventariação das empresas do concelho. Em face do exposto, questionou quais tinham sido os critérios e os objectivos desse inquérito, uma vez que algumas empresas não tinham sido contactadas. -----

---- Por último perguntou em que situação se encontrava o processo referente ao Eco-Resort Camping na Herdade de A-de-Mateus, nomeadamente o resultado do estudo de impacto ambiental, uma vez que já tinham iniciado as marcações no terreno. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que não conhecia a calendarização dos bailes e, bem assim considerou exagerado que começassem a publicitar logo o baile de manhã. -----

---- Em face do exposto, informou que iria verificar se a publicidade do baile estava licenciada e qual o horário autorizado para o efeito. Disse também que iriam contactar com a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes e tentar procurar conjugar os interesses de todos para que ninguém saísse lesado. -----

---- Informou ainda que, devido ao facto das Associações daquele género terem muitas dificuldades em arranjar receitas próprias, era hábito recorrerem àquele tipo de festas como fonte de rendimento. -----

---- Em relação à recolha de plásticos e lixos agrícolas, informou que todo o litoral alentejano se deparava com esse problema, porque não existia nenhum aterro que recebesse esse tipo de material. Referiu ainda que em vez de colocarem os lixos agrícolas junto dos contentores domésticos, seria preferível que as empresas agrícolas acondicionassem os plásticos e quando

tivessem uma quantidade suficientemente elevada contactassem o Município para um aconselhamento. Por fim disse que iria transmitir aquela situação ao Vereador responsável pelo pelouro.-----

----- Relativamente ao inquérito de inventariação das empresas do concelho, disse que iria junto dos serviços verificar o que se passava e em relação ao Eco-Resort Camping, informou que o Instituto do Ambiente tinha solicitado uma alteração ao estudo que já tinha sido enviada. Referiu ainda que a marcação no terreno tratava-se apenas da delimitação das zonas de reserva agrícola e reserva ecológica. -----

----- Disse ainda, em relação a esse assunto que, assim que se procedesse à consulta pública, a munícipe poderia consultar todo o processo. -----

----- Interveio a senhora Susana Silva Matos, residente no Vale Bejinha que conjuntamente com um grupo de mães, foi reclamar do encerramento da escola daquela localidade e a consequente transferência dos filhos para a escola do Castelão que se encontrava em péssimas condições.-----

----- Referiu ainda que lamentava tal situação, a qual vinha acrescer ao facto de, no Vale Bejinha, já não existir saneamento, urbanização e a população se encontrar a abandonar aquela zona. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que tinha estado presente numa reunião do Conselho Municipal de Educação de Odemira, onde tinham sido debatidos entre outros temas, o encerramento das escolas. Informou que nessa reunião esteve presente um representante do Ministério da Educação, ao qual tinha sido transmitido a preocupação e discordância relativamente ao encerramento de algumas escolas. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a Carta Educativa era o documento orientador do que era a política de ensino e dos estabelecimentos de ensino, no concelho de Odemira. Referiu ainda que nessa Carta estavam definidos os

estabelecimentos que seriam encerrados e as datas e as condições desse encerramento, e bem assim que a mesma tinha sido homologada, após algum tempo de “negociações” com o Ministério da Educação. -----

----- Revelou ainda que legalmente o Ministério da Educação poderia encerrar as escolas, independentemente do que vinha referido na Carta Educativa, no entanto a posição do Município de Odemira era desfavorável em relação ao encerramento dos estabelecimentos de ensino. -----

----- Por último, informou também que desde a citada reunião do Conselho Municipal de Educação, não tinham obtido qualquer informação oficial relativamente ao encerramento da escola. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que, o que constava na Carta Educativa, era apenas a suspensão e, bem assim que a escola do Vale Bejinha estava apenas para ser suspensa nos anos de dois mil e dez dois mil e onze. -----

----- Considerou ainda lamentável que os elementos do Agrupamento tivessem informado os professores para transmitirem aos pais das crianças daquela escola, o encerramento daquele estabelecimento de ensino para o próximo ano lectivo, sem que a Câmara Municipal ou a respectiva Junta de Freguesia, tivessem conhecimento oficial de tal facto. Lamentou ainda que pretendessem fazer “choques” entre instituições. -----

----- Disse também que não entendia como poderia haver uma violação do que estava escrito, aprovado e homologado na Carta Educativa. -----

----- Por último lembrou que ele e a sua força política tinham votado contra a Carta Educativa, no entanto considerava que, se o processo de encerramento das escolas fosse para a frente, o Município de Odemira deveria fazer valer os seus direitos em tribunal. -----

----- Interveio novamente a senhora Susana Matos que informou que no dia anterior tinha ido à escola do Vale Bejinha buscar as notas dos filhos e tinha ficado surpreendida com o facto

de já se encontrarem a arrumar processos. Disse ainda que lhe tinham garantido que iriam fechar a escola.-----

----- Por último, informou que a escola do Vale Bejinha era a que tinha tido mais sucesso naquele agrupamento.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este período da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA DOIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE; ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE E ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE:-----

----- A) ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA DOIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA VINTE

DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, cinco abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----

----- C) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à trigésima primeira página, na vigésima terceira linha, onde se lia: "...Bombeiros de Odemira aqui representada, matem", devia-se ler: "...Bombeiros de Odemira aqui representada, mantém". Esta proposta de rectificação foi aprovada por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se ao mapa da correspondência recebida, perguntou como era possível existirem justificações das faltas às sessões da Assembleia Municipal, com data anterior à realização das mesmas. -----

----- Foi esclarecido que a partir do momento em que os membros da Assembleia Municipal recebiam a convocatória das sessões, poderiam justificar as respectivas faltas. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que, no passado dia dezasseis de Maio, tinha estado presente numa reunião com representantes dos CTT, na qual abordaram as questões que tinham originado a troca de correspondência com a ANACOM e cuja acta ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

----- Referiu que foram abordados vários problemas, designadamente as dificuldades na distribuição do correio por questões de toponímia e a falta de pessoal. -----

----- Informou ainda que no passado dia trinta e um de Maio, tinha havido uma reunião da Mesa da Assembleia Municipal, cuja acta ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão. Dos temas debatidos, propôs:-----

----- a) a marcação de uma sessão extraordinária sobre o tema “Comemoração do Ano Europeu

da Igualdade de Oportunidades para todos 2007”, para o dia vinte e seis de Outubro do corrente ano. Esta proposta foi aprovada por consenso;-----

---- b) a realização das sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, sugerindo que a sessão ordinária de Setembro fosse em São Martinho das Amoreiras. Esta proposta foi aprovada por consenso;-----

---- c) a realização das visitas dos membros da Assembleia Municipal ao concelho de Odemira, sugerindo a realização de duas visitas, nomeadamente uma ao litoral e interior norte e outra ao litoral e interior sul. Ainda em relação a este assunto informou que a primeira visita seria marcada para o próximo dia treze de Julho, sexta-feira e incluiria a deslocação às instalações dos Bombeiros Voluntários de Odemira e Vila Nova de Milfontes, às Piscinas Municipais e ao Centro de Saúde de Odemira. Esta proposta foi aprovada por consenso. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que questionou acerca do nome da empresa que os CTT tinham indicado, na reunião, como sua colaboradora na questão do pessoal. Perguntou ainda quais eram as regras em vigor no concelho para a toponímia e atribuição de números de polícia. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que na reunião com os representantes dos CTT, não tinha sido referido qualquer nome da empresa associada. Disse ainda que julgava que existia uma comissão de toponímia que tinha um regulamento próprio para cada freguesia do concelho. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referiu que, das quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, duas tinham sido indicadas para a Comissão Restrita, nas quais se incluía ela. Revelou que a comissão restrita incluía gestores de caso que eram as pessoas que tratavam directamente dos casos das crianças e jovens que estavam na protecção da Comissão. -----

----- Referiu também que ninguém da citada Comissão de Protecção recebia qualquer remuneração e implicava uma grande disponibilidade das pessoas que faziam parte da mesma. Disse ainda que tinha ficado acordado que os comissários apresentariam junto das entidades que representavam, um relatório das actividades desenvolvidas pela Comissão de Protecção, pelo que previa a sua apresentação durante o mês de Setembro. Referiu ainda que se encontravam receptivos a quaisquer sugestões que pretendessem apresentar para serem integradas no plano de actividades do próximo ano, da citada Comissão. -----

----- Informou ainda os presentes acerca das reuniões havidas na Comissão Eventual para a Saúde, nomeadamente sobre o ofício número duzentos e quatro, datado de um de Junho do corrente ano, enviado ao Ministro da Saúde e cuja fotocópia tinha sido distribuída a todos os membros presentes. Disse ainda que tinha ficado de elaborar o texto de um ofício a ser enviado à Ordem dos Médicos, no sentido de questionar acerca da possibilidade de médicos estrangeiros, nomeadamente de leste, poderem exercer a sua actividade em Portugal, especificamente no concelho de Odemira. -----

----- Lamentou ainda o teor da notícia que vinha no jornal Diário de Notícias, que referia “Ambulâncias não chegam até ao final do mês – Ministro falha promessa”.-----

----- Prestou também homenagem aos alunos da Escola Secundária de Odemira, que para além de várias menções honrosas recebidas, mais uma vez tinham representado a escola no estrangeiro, nomeadamente nos Estados Unidos da América do norte. Revelou que, de entre cerca de mil projectos concorrentes, tinham arrecadado um terceiro prémio, o que provava que “a ciência no nosso concelho está viva e recomenda-se!”. Ainda sobre este assunto, lembrou novamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal que ainda aguardavam a disponibilização de um local para instalação do Centro de Ciência Viva, em Odemira.-----

----- Por último, alertou para a falta de limpeza das ruas do Bairro Onze de Março, em Odemira, local onde também residia. Informou que na sua rua em frente ao portão do seu

quintal, existiam ervas com quase um metro de altura, as folhas secas acumulavam-se nas ruas e posteriormente dentro dos quintais dos moradores, os jardins tinham ficado inacabados e o sistema de rega ainda não se encontrava completamente a funcionar. Disse ainda que era utilizado um instrumento que em vez de aspirar as folhas secas, soprava-as, acabando muitas por irem parar dentro dos quintais dos moradores. -----

----- Relativamente a este assunto informou que haviam muitas reclamações, o que era de lamentar, uma vez que aquele bairro, em tempos, tinha sido considerado dos melhores em termos de arranjo paisagístico. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que felicitou a senhora Maria da Piedade Barradas pelo facto de ter sido dela, a autoria do texto do ofício anteriormente referido e que tinha sido enviado ao senhor Ministro da Saúde. -----

----- Em relação à questão da jardinagem referiu ainda que estranhava que, na altura do verão, nas horas de maior calor, os funcionários do Município de Odemira andassem a regar os canteiros, considerando que havia um elevado desperdício de água. -----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que efectuou a seguinte intervenção:-----

----- “Não é para falar de Joe Berardo, nem de nenhum VIP, nem de alguém do Jet-7. -----

----- Vou falar de alguém, com mais razões, que nunca foi visto ou escrito na comunicação social, seja esta comunicação social amarela, laranja ou cor-de-rosa. -----

----- Falo de um homem e de um ESPAÇO-AMBIENTE. -----

----- Falo de um ESPAÇO-AMBIENTE eficiente e eficaz. É raro mas precioso. É um conto de fadas, num mundo crimosamente poluente. -----

----- Espanto-me com os seus gestos calmos, como se de um arquitecto-paisagista se tratasse, só interessado naquele seu espaço, naquele espaço que também é nosso. Onde o asseio, a beleza é composta de autênticos arranjos florais. Desde o aparar dos arbustos que teimosamente teimam às escondidas jogar com ele. -----

----- Mas o senhor, atento como se de um escultor falássemos, nos oferece sem o saber, um dos mais belos postais e raros do nosso Concelho. -----

----- Um espaço de descanso repousante. -----

----- Falo do senhor, do profissional e artista, que trata do conhecido “Jardim dos Patos”, como se de um poema escrevesse. -----

----- O jardim sugere que há um lugar em que podemos encontrar natureza. -----

----- Em meu nome e de muitos amigos que visitam a Vila de Odemira, o meu e nosso obrigado. -----

----- Porque não utilizar este belo espaço, de vez em quando, com um concerto pela Banda Filarmónica de Odemira?-----

----- Um objectivo sem um plano é só um desejo!-----

----- Mas falemos agora de uma receita por mim recolhida entre a população da freguesia de S. Luís.-----

----- Receita para um mau exemplo do ambiente: -----

----- Uma dose de desleixo e esquecimento,-----

----- Uma dose de dejectos com M grande, que corre pelo barranco Q.B., -----

----- Mistura-se tudo numa ETAR-FOSSA, e espera-se pouco tempo para que o mau cheiro seja pestilento.-----

----- Salpica-se com muitos mosquitos, moscas, ratazanas e outros necrófagos e está pronto a servir a descoberto durante 24 horas.-----

----- Depois é só um pouco de imaginação e sonhar que está num País de 3°. Imundo.-----

----- Para embelezar esta receita, dê umas pinceladas de corante, conhecido no mercado por tinta branca e deixe secar. -----

----- Esta receita está em exibição, em muitas freguesias do nosso Concelho perto de si!-----

----- Aproxima-se o flagelo dos incêndios. -----

----- Como prevenção e muito bem, nesta altura e só nesta altura nos lembramos deste pesadelo. -----

----- Não atire cigarros para o chão,-----

----- Não faça fogueiras, -----

----- Não lance foguetes,-----

----- Etc, etc...-----

----- Este é sem dúvida um objectivo de sensibilizar os cidadãos para prevenir os incêndios florestais.-----

----- Mas esta será a melhor e a única razão para que não hajam incêndios?-----

----- Ainda não ouvi falar na falta, na grave falta do “Mundo Rural”.-----

----- As terras cultivadas não seriam um forte e poderoso baluarte contra os incêndios?-----

----- Resta-nos com a esperança que os Espanhóis continuem a comprar ou alugar as terras abandonadas para um novo e actualizado mundo rural. -----

----- Só receio que um dia acordemos, com plantações de “Sevilhanas e Flamengo”. -----

----- Nesta região a Sul do Tejo, neste “Deserto do Senhor Ministro”, não nos importamos de ser “Pastores de camelos”, mas jamais, jamais, seremos “Camelos do Senhor Ministro”. -----

----- Mas saiba o Senhor Ministro, que quando neste nosso Alentejo, neste Alentejo cheio de estórias, abrimos as portas e as janelas e os cheiros a orégãos, coentros e poejo são poesia dos nossos Poetas Populares.” -----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que alertou para o problema da sinalização na vila de Odemira e apelou para que, brevemente fosse colocada uma sinalização provisória, junto do poço de Santo António no lado direito, numa parede velha, a indicar Beja e Lisboa, para evitar o fluxo de trânsito infernal, de pessoas que se enganavam, quando entravam em Odemira pela ponte sobre o rio Mira e seguiam em frente. -----

----- Por último, disse ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tinha ganho a aposta

relativamente às promessas efectuadas pelo senhor Ministro da Saúde. -----

----- Interveio a senhora Vanda Ribeiro que solicitou informações acerca dos assuntos debatidos no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que decorreu nos Açores. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o Município de Odemira tinha sido representado no citado Congresso pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo senhor Amâncio Piedade, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salvador. Disse ainda que oportunamente seriam enviadas à senhora Vanda Ribeiro, as fotocópias das “Conclusões” havidas no citado Congresso. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que perguntou se já estavam definidos os percursos da nova frota de transportes escolares e onde é que os pais poderiam consultar esse plano. -- -----

----- Perguntou ainda o que se passava com o site de Odemira, uma vez que no motor de busca informático “google” indicava para consultar o site do Litoral Alentejano, onde quatro municípios tinha sites próprios e o de Odemira encontrava-se vazio. -----

----- Por último, perguntou para quando iriam ter no auditório da Biblioteca Municipal de Odemira, uma saída de emergência com mais segurança. -----

----- Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que perguntou se já existiam alguns apoios para arranjo das estradas danificadas pelas intempéries, nomeadamente para o alargamento do Caminho Municipal número mil cento e noventa, uma vez que tinham referido que os subsídios já estariam desbloqueados. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que, relativamente à questão da toponímia, perguntou sobre o papel da Regi e da AMLA na elaboração do sistema de informação georeferenciado, porque permitiria gerir muitas coisas no concelho. Perguntou

também acerca das atitudes estruturantes da Regi. -----

----- Perguntou ainda em que situação se encontrava a electrificação da zona de Santoleira e Cabeço Queimado, uma vez que na anterior abordagem ao tema, tinha ficado com a percepção de que as culpas estariam “em cima do Parque Natural”, no entanto através de um ofício enviado para ele tinha-lhe sido transmitido por aquela entidade, que o processo se encontrava no Ministério da Economia.-----

----- Referindo-se ainda a um requerimento que tinha efectuado à Câmara Municipal através da Assembleia Municipal, no final do ano transacto, disse que tinha solicitado que fosse fornecida uma localização de um prédio rústico na freguesia de São Luís, relativamente à carta de zonamento do Plano Director Municipal, indicando se se tratava de uma zona de reserva ecológica. Revelou que os serviços já tinham enviado a resposta, porém não vinha nada mencionado relativamente à zona de reserva ecológica ou à faixa de protecção da estrada nacional número cento e vinte. -----

----- Relembrou ainda que, em tempos, tinha sido criada uma comissão para “elaboração da Folha da Assembleia”, da qual fazia parte. Estranhamente o assunto nunca mais tinha sido abordado, pelo que perguntou à Mesa da Assembleia Municipal o que tinha decidido sobre essa matéria.-----

----- Perguntou também: “Como é que a Câmara Municipal tem organizado o sistema de informação, o subsistema contabilístico e como é que contabiliza o valor da sua gestão, para saber qual é a despesa funcional e quais são as mais valias que o Município gera nas áreas em que se podem contabilizar?”. -----

----- Por último, disse que não entendia o porquê de se terem aprovado diversas versões de um Regulamento de Taxas e de Compensações Urbanísticas que ele próprio tinha colocado em causa, porque previa receitas astronómicas que iam asfixiar completamente os empresários, originando, durante um certo período de tempo, a ausência de investimentos no concelho de

Odemira. Considerou ainda que, se a Câmara Municipal não precisava dessa verba para se manter em funcionamento e cumprir os seus objectivos sociais, não fazia sentido ter editado o regulamento daquela forma, para depois virem fazendo várias revisões em baixa. Considerou ainda que esse facto era sinónimo de uma gestão incorrecta do funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- Sugeriu ainda à Mesa da Assembleia Municipal que fosse promovido um debate sobre a gestão urbanística, considerando que era um assunto muito importante e que tinha muito a ver com o futuro, com a ocupação do território e com a qualidade de vida das pessoas que residiam permanentemente no concelho, da população flutuante e daquelas que futuramente quisessem vir morar para Odemira. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que, referindo-se à acta da reunião do Conselho Municipal de Educação, disse que tinha ficado com a ideia de que o senhor representante do Ministério da Educação tinha referido que as crianças das escolas a encerrar seriam transferidas para “centros de excelência”. Em face do exposto, questionou se a escola do Castelão, para onde seriam transferidas as crianças do Vale Bejinha, era considerado um centro de excelência.-----

----- Informou ainda que no anterior ano lectivo, a escola do Vale Bejinha, tinha sido a escola com melhores resultados do Agrupamento de Vila Nova de Milfontes. Referiu ainda que não concordava com esse sistema de gestão dos estabelecimentos de ensino e alertou ainda para os custos acrescidos que a Autarquia iria ter a nível de transportes escolares.-----

----- Perguntou também se os membros do Conselho Municipal de Segurança já tinham todos tomado posse. -----

----- Por último informou que recentemente teve a necessidade de chamar uma ambulância para uma pessoa que estava a sentir-se mal na sua rua e dos serviços do INEM, após ter respondido a uma série de perguntas, tinham-na encaminhado para os bombeiros, ficando

responsável pelo pagamento do transporte do doente. Disse ainda que o doente após ter sido enviado do hospital para casa, tinha voltado novamente ao hospital e tinha ficado internado para observações. Em face do exposto, lamentou que os cidadãos do concelho de Odemira tivessem de passar por esse tipo de “calvário” para terem assistência médica e informou que iria escrever para o INEM. -----

----- Disse ainda que tinham conseguido a disponibilidade de um médico que estaria disposto a aceitar alguns doentes da freguesia de São Luís. Referiu que o assunto tinha sido colocado à Administração Regional de Saúde do Alentejo, porém estavam a colocar alguns entraves pelo facto do senhor ser reformado e nunca ter prestado serviço no sector público. -----

----- Perguntou ainda se já existia alguma definição no processo de candidatura dos sistemas de abastecimento de água em alta, nomeadamente se se agrupariam em sistemas multimunicipais ou intermunicipais.-----

----- Perguntou também em que situação se encontrava a questão das águas e esgotos do Vale Bejinha, o parque infantil e o jardim do largo do mercado, em São Luís. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que lamentou o facto da época balnear já se ter iniciado e o concelho de Odemira não possuir qualquer bandeira azul. Informou ainda que tinha pesquisado acerca dos critérios de admissão à bandeira azul e tinha constatado que sendo Odemira vocacionada para o turismo, continuava a não oferecer algumas benesses aos turistas. Disse ainda que compreendia que alguns dos impedimentos não passavam pelo Município de Odemira, mas considerava que passaria pelo Município a preocupação de tentar resolver esses problemas, uma vez que ainda existiam praias sem apoio e sem balneários.-----

----- Em relação à saúde, considerou que deveriam todos cerrar fileiras, unirem-se e tentar lutar por uma causa que seria de todos e a todos diria respeito. -----

----- Em relação ao encerramento das escolas, lamentou que apesar de existir um meio de planeamento (Carta Educativa), ele não estivesse a ser cumprido pelo Ministério da Educação.

Relembrou que eram efectuadas melhorias nas escolas, com elevados custos, para depois serem encerradas. Em face do exposto questionou de quem seria a responsabilidade de repor a verba investida. -----

----- Por último, em relação à pesca lúdica relembrou que ainda não tinham obtido qualquer resposta por parte da Administração Central, ao último ofício enviado. -----

----- Disse ainda que considerava a “Folha da Assembleia” uma ideia inovadora que gostaria de ver implementada. Referiu também que a questão da sinalização na vila de Odemira era um problema que já se arrastava há muitos anos. -----

----- Interveio o senhor Humberto Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador que informou que, no momento, apenas tinham dois trabalhadores a efectuar os serviços de limpeza na freguesia. Disse ainda que apenas tinha uma jardineira no Bairro Onze de Março, porque a outra que estava colocada pela Câmara Municipal tinha saído e não tinha sido substituída. Lamentou ainda que o sistema de rega no citado bairro não estivesse concluído, apesar de já terem decorrido dois anos. -----

----- Disse também que tinha alertado a funcionária que andava com a máquina aspirador/soprador para ter cuidado com o pó e as folhas que poderiam ir para os quintais das pessoas. ----

----- Por último, lamentou que algumas pessoas não tivessem consciência e levassem os cães a passear para as zonas ajardinadas existentes no bairro em causa, ficando os canteiros destruídos e a relva que era destinada às crianças, toda suja. -----

----- Interveio o senhor Valdemar Silvestre que alertou para o estado deplorável em que se encontrava o jardim atrás do cinema e do lote que se encontra junto a esse. Disse que em tempos tinham equacionado transformar a zona num parque de estacionamento que tanta falta fazia para as pessoas residentes naquela zona e para os visitantes, nomeadamente desde que tinha sido construída a Biblioteca Municipal. -----

----- Em relação à saúde, chamou a atenção para o facto dos doentes que eram transportados

para os hospitais, serem “abandonados” às portas dos mesmos, uma vez que as ambulâncias tinham de regressar e posteriormente quando as pessoas tinham alta, não havia qualquer meio de transporte para levá-las para casa. Ainda sobre este assunto, disse que não concordava que as ambulâncias se acumulassem junto aos hospitais à espera dos doentes, no entanto considerava que deveriam equacionar a hipótese daquelas que regressavam vazias, pudessem efectuar o transporte dos doentes que iam tendo alta. Em face do exposto, considerou que deveriam rever essa situação, uma vez que tinha conhecimento que havia uma qualquer impossibilidade legal para esse efeito. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que relativamente à questão da saúde, informou que recentemente, o SAP do Centro de Saúde de Odemira tinha ficado às escuras, durante quase uma hora, porque ninguém conseguia aceder ao quadro da luz. -----

----- Perguntou ainda, para quando estava disponível a verba referente aos apoios concedidos ao abrigo da prevenção dos incêndios florestais, uma vez que andavam a reparar caminhos através do projecto da Florasul. -----

----- Relativamente à campanha de chaços efectuada pelo Município de Odemira, informou que na sua freguesia tinham recolhido quase todas as viaturas, no entanto como ainda existiam alguns carros que não tinham sido retirados, tinha recebido algumas reclamações por parte de quem tinha cumprido as normas. -----

----- Disse ainda que a sua Junta de Freguesia tinha alterado o protocolo referente à cobrança da água, para que não fosse necessário passar factura, no entanto a Câmara Municipal continuava a solicitar o envio da mesma. -----

----- Por último, perguntou para quando estava prevista a reparação das ruas em Odemira. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha vindo a acompanhar, muito de perto, o problema da saúde no concelho de Odemira, nomeadamente

junto das entidades com competência na matéria e considerou que a pressão efectuada pelos Órgãos do Município de Odemira talvez tivesse produzido alguma influência junto de quem de direito. -----

----- Ainda sobre esse assunto, informou que ainda não tinha uma confirmação escrita, no entanto já estaria resolvida a questão do SUB – Serviço Básico de Urgência. Disse ainda que estavam garantidas tendas da Cruz Vermelha na Zambujeira do Mar e em Vila Nova de Milfontes, durante a época balnear, e bem assim referiu que estavam a tentar colocar também uma tenda na praia dos Aivados/ Malhão, com a colaboração do Parque de Campismo do Sitava. -----

----- Disse ainda que tinha tentado junto do Assessor do senhor Ministro da Saúde a marcação de uma reunião com a Comissão Eventual para a Saúde, de Odemira. -----

----- Revelou também que as questões da jardinagem referentes ao Bairro Onze de Março e à rega na vila de Odemira, seriam transmitidas ao senhor Vereador José Alberto Guerreiro, uma vez que era lamentável que o sistema de rega do bairro continuasse há dois anos inacabado, e bem assim que, relativamente à rega de jardins, houvesse um desperdício tão elevado de água, pois tinha conhecimento que as orientações dadas eram precisamente contrárias (regar de manhã ou ao final da tarde).-----

----- Disse ainda que o problema da sinalização na vila de Odemira já tinha sido abordado numa das reuniões de planeamento da Câmara Municipal, na qual tinha sido apresentada a sugestão do senhor Fernando Encarnação.-----

----- Informou também que o mapa de transportes escolares poderia ser consultado no Município de Odemira, junto dos respectivos serviços. Informou que a plataforma da Regi tinha vindo a ter dificuldades em carregar no seu site, o site do Município de Odemira.-----

----- Quanto à saída de emergência do auditório do edifício da Biblioteca Municipal de Odemira, informou que estavam a fazer a guarda metálica.-----

----- Disse também que os apoios do Governo, relativamente às últimas intempéries, ainda não estavam disponíveis. Revelou ainda que se encontrava aprovado pelo Tribunal de Contas o empréstimo que tinha sido presente à Assembleia Municipal e que contemplava o alargamento do caminho municipal número mil cento e noventa, pelo que iriam lançar o respectivo concurso. Informou ainda que o assunto dos arruamentos de Pereiras-Gare iria à reunião da Câmara Municipal que se realizaria no próximo mês, para abertura do concurso público, pelo que se previa o início das obras para o final do corrente ano ou princípios do ano de dois mil e oito.

----- Esclareceu que havia um regulamento da toponímia e que em cada freguesia funcionava com uma comissão. Abordando a reunião dos CTT com a Mesa da Assembleia Municipal relativamente a essa questão, informou que as ruas desde há muitos anos que mantinham o mesmo nome e os números de polícia não se tinham alterado significativamente, considerando que o problema principal na distribuição do correio tinha a ver com a contratação sistemática de carteiros.-----

----- Informou ainda que estavam a ponderar bastante a alteração dos números de polícia das habitações, porque implicaria que todos os registos existentes na Conservatória, nas Finanças, entre outros, tivessem de ser alterados, acarretando elevados custos para os munícipes.-----

----- Em relação à electrificação do Cabeço Queimado e Santoleira, esclareceu que o processo referente à rede de média tensão era endereçado para a Direcção Regional de Economia do Alentejo que solicitava parecer ao Parque Natural e posteriormente informava a EDP, sendo esse circuito extra Câmara Municipal porque se tratava da rede de média tensão. Relativamente à baixa tensão, disse que o concurso seria lançado, independentemente da Câmara Municipal ou a EDP, ainda não terem recebido, por escrito, o parecer do Parque Natural. -----

----- Em relação ao sistema de informação geográfica à gestão camarária, disse que o mesmo estava a ser implementado ao nível dos cinco Municípios e não apenas ao nível da Câmara

Municipal de Odemira. Disse ainda que o SIG – Sistema de Informação Geográfico era um processo que se implementava gradativamente e apenas no final do mês de Julho é que iriam ter a cartografia disponível. -----

----- Informou ainda que o Município de Odemira possuía uma gestão contabilística organizada, apenas não se encontrando a funcionar na sua totalidade, à semelhança dos restantes Municípios, a contabilidade analítica, no entanto já a estavam a aplicar.-----

----- Em relação ao Regulamento Municipal das Taxas e Licenças, revelou que todos os regulamentos que o Município de Odemira produzia tinham por base um estudo e no caso concreto tinha também havido uma comparação com as taxas praticadas nos outros Municípios do Litoral Alentejano.-----

----- Revelou também que tinha sido decidido pela Câmara Municipal na altura que o regulamento seria produzido em conformidade com o estudo, com o compromisso de, passados seis meses, ser efectuada uma avaliação no terreno da aplicação desse regulamento, porque poderiam existir certos parâmetros desajustados e que precisariam de ser afinados. Considerou também que quando procedessem à revisão “a fundo” do citado regulamento e devido à sua complexidade, poderiam ser auscultadas algumas opiniões dos membros da Assembleia Municipal, possivelmente através de um grupo de trabalho que estudasse o mesmo.-----

----- Por último, disse que não existiam apoios de praia nos locais onde o Parque Natural, havia sete anos, que estava para fazer os PAOC’s (Planos de Arranjo da Orla Costeira) ou as unidades operativas de gestão e planeamento que era o caso de Vila Nova de Milfontes. Disse ainda que da parte da Câmara Municipal de Odemira tinham feito tudo o que era possível.-----

----- Informou também que tinha havido alguma evolução relativamente à questão da Pesca Lúdica, nomeadamente referiu que tinha estado presente numa reunião com o senhor Secretário de Estado da Agricultura, Pescas e Aquicultura, onde tinha sido apresentada uma proposta de alteração da actual portaria. Disse ainda que aguardavam a realização de uma reunião com o

senhor Secretário de Estado do Ambiente. -----

----- Disse também que existia na Câmara Municipal um projecto antigo para estacionamento na zona junto ao Cine-Teatro de Odemira que não tinha tido andamento devido aos elevados custos da obra. -----

----- Informou ainda em relação aos apoios concedidos ao abrigo do programa Agris, medida três ponto cinco, que os procedimentos já estavam prontos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, referindo-se ao artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros deste Órgão, informou que dado o avanço da hora e a extensa Ordem de Trabalhos, teriam de equacionar a realização de uma segunda reunião da sessão ordinária de Junho, nos termos do artigo quinquagésimo segundo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. Apreciado o assunto, foi deliberado por consenso a realização da segunda reunião da sessão ordinária de Junho, no próximo dia vinte e três de Julho. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e quatro horas. -----

----- Pelas vinte e quatro horas e dez minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se à vigésima primeira e vigésima segunda páginas do relatório sugeriu que, devido ao actual aumento significativo do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, no próximo orçamento houvesse uma diminuição da taxa do IMI. -----

----- Por último, relativamente ao quinto ponto referente ao Gabinete de Informação e Relações Públicas, sugeriu que também fosse enviado para a Mesa da Assembleia Municipal um “Recorte de Imprensa”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a taxa do IMI já tinha descido, no entanto seria uma sugestão a ser ponderada. Informou também que o valor da percentagem em causa, não era a que efectivamente tinha sido cobrada, mas correspondia ao valor que naquela data tinha sido transferido pela Direcção Geral dos Impostos. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que referindo-se à quadragésima quinta página e seguintes, perguntou a razão de não vir mencionada a electrificação referente as zonas de Estacas e Bailadouro. -----

----- Perguntou também se o “Campo de Jogos em Luzianes”, constante na quadragésima nona página, era o tão prometido polidesportivo. -----

----- Ainda na mesma página, solicitou esclarecimentos acerca da “Passagem pedonal sobre o Mira”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a passagem pedonal sobre o Mira, era um projecto previsto para a zona da Galp, em Odemira e que fazia ligação junto às oficinas da Câmara Municipal. Disse também que esse projecto, cujo estudo prévio se encontrava na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, seria a resolução do problema dos esgotos do Bairro das Barreiras Vermelhas e encontrava-se integrado num projecto embrionário referente ao arranjo da outra margem do rio. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São

Luís, que referindo-se à nona página, solicitou esclarecimentos sobre a aplicação de taxas “de publicidade exigidas pela Direcção de Estradas de Portugal”, uma vez que tinha conhecimento que esse tipo de taxas eram também cobradas pelo Município de Odemira. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a Direcção de Estradas de Portugal estava a cobrar taxas referentes à publicidade efectuada junto às estradas nacionais. Era entendimento da Câmara Municipal que se trataria de dupla tributação, no entanto tinham tido conhecimento que existia um parecer que permitia essa cobrança. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto dois:** OFÍCIO N.º 143.07-OE, DATADO DE 25/05/2007, ENVIADO PELA DIGNÍSSIMA PROCURADORA DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BEJA, SOBRE A EVENTUAL ALTERAÇÃO AO ART. 22º DO REGIMENTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA: Foi presente o ofício em epígrafe, que ficará

arquivado no maço de documentos da presente sessão e que no seu último parágrafo mencionava: “- Coloca-se a questão de, querendo, serem alterados os referidos normativos por essa Assembleia,...”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relembrou o ofício número dois ponto zero sete, datado do dia oito de Janeiro do corrente ano que continha nos último parágrafos, uma menção ao arquivamento dos autos, porque não conduziam à interposição de qualquer acção administrativa. Em face do exposto questionou o porquê do ressurgimento da presente questão, considerando que a mudança de posição poderia relacionar-se com diversas explicações.-----

----- Considerou que no seu ponto de vista existia uma questão jurídica, que a Assembleia Municipal não tinha violado nenhuma lei e o que se encontrava no Regimento, aprovado por

consenso, tinha sido muito sensato. Considerou ainda que, se não tivessem razão e se houvesse um tribunal que comprovasse isso, sem a possibilidade de qualquer recurso, a Assembleia Municipal iria cumprir o que ficasse estabelecido. -----

----- Revelou ainda que pessoalmente considerava que o assunto em causa também poderia ter uma interpretação política e que pudesse existir alguém, que por qualquer motivo, quisesse questionar e “vergar” a Assembleia Municipal. No entanto, considerava que todos estariam com a mesma preocupação relativamente ao assunto em causa e que as várias reuniões do Grupo de Trabalho para a elaboração do Regimento em vigor tinham resultado num esforço, no sentido de acertar uma solução consensual. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse o seguinte: “A Sr.^a Procuradora mudou de opinião. O PS não mudou!” Informou também que os pressupostos que tinham levado à aprovação do Regimento não tinham sido alterados e como tal, dever-se-ia manter o texto do Regimento.-----

----- Por último, disse, passando a citar o que estava transcrito no ofício em discussão que: “- Coloca-se a questão de, querendo, pode arquivar novamente o processo” :-----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que informou que a opinião dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária com quem tinha falado, era de que enquanto não fosse provado o contrário, se deveria manter o Regimento tal como estava. Disse ainda que, se provassem que o Regimento estava ferido de ilegalidade, então naturalmente, seriam obrigados a ponderar. -----

----- Por último, disse que não via, no momento, qualquer motivo para alterar o Regimento.----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação, eleito pela Coligação Por Odemira, que referiu que concordava com as restantes intervenções. Disse ainda que a elaboração do Regimento tinha partido de uma decisão política que visava evitar situações de conflito, relativamente às gravações das sessões que inclusivamente não eram obrigatórias. -----

----- Por último, disse que mantinha a mesma posição que tinha. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que, apesar de partilhar da opinião do senhor Fernando Encarnação, disse: “como seres livres que nós tentamos ser, estamos no direito de reconhecer também os nossos erros. Não é por uma questão de orgulho que eu me vou recusar mais tarde a alterar este artigo (...) se juridicamente se comprovar que aí existe alguma ilegalidade, alguma desconformidade digamos, na aplicabilidade relativamente à Constituição da República Portuguesa. (...) Sei é que em boa fé, votamos por maioria, este Regimento, mas não me choca de maneira nenhuma alterá-lo se isso for necessário juridicamente (...)”. -----

----- Considerou ainda curioso que o presente assunto tivesse surgido precisamente depois dele ter tentado transcrever para uma acta, declarações que por maioria, tinham sido censuradas e eliminadas, o que o tinha deixado ofendidíssimo nos seus direitos. -----

----- Informou ainda que era a favor da alteração do artigo, de modo a especificá-lo melhor, porque não aceitava que as decisões sobre o texto de uma acta, quando um dos membros da Assembleia Municipal exigisse que as intervenções fossem transcritas para as actas, exactamente como estavam nas gravações, fossem censuradas através de um voto de maioria qualificada. -----

----- Disse também que não concordava que se procedesse, no momento, à alteração do citado artigo por causa do pedido do tribunal, porque entendia que em consciência, anteriormente, tinham considerado que não estavam a violar a lei geral e por esse facto deveriam mantê-lo. ----

----- Por último, propôs a alteração do conteúdo da acta do dia vinte e nove de Setembro, passando a constar o que se encontrava na gravação ou então votaria contra. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um

voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás, eleito pela Coligação Por Odemira que apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Declaração de Voto,-----

----- de Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, -----

----- eleito pelo PSD-Partido Social Democrata,-----

----- na “Coligação por Odemira”, -----

----- relativa ao assunto constante do “ponto dois” da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 29/06/2007 da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Vem agora o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, do Ministério Público, pelo ofício nº 143.07-OE, PA nº 7/2006 de 25-05-2007 solicitar que lhe seja remetida certa informação, até 30 de Junho de 2007, sábado, portanto amanhã. Pretende saber qual a tramitação que foi dada em sede de plenário da Assembleia Municipal de Odemira, ao tema “de as gravações das sessões serem suporte de um documento administrativo e de a negação do seu acesso violar a lei”, mais acrescento que destruí-las, sem salvaguardar o seu conteúdo verdadeiro e essencial noutra suporte, é também contrário ao previsto na Constituição da República.-----

----- Mais não fosse o acima referido, que está a ser alvo da intervenção do Tribunal, pela força de um munícipe que teima em não deixar calar a sua voz, Anne Christine Kong Varela de Matos, veio o Partido Socialista, pelos actos dos homens eleitos em Odemira, sem respeito pela Democracia, mutilar e desvirtuar o conteúdo de afirmações proferidas nas Sessões. -----

----- Veio também vergonhosamente impedir, com o voto da mesma maioria, que a verdade e a essência dos factos fosse registada na Acta, e impedir que as gravações fossem transcritas,

para texto suportado em papel. Que todos poderiam ler, inclusive os munícipes que neles votaram.-----

----- Foi um acto de censura, é um acto claro contra a liberdade. -----

----- Envergonhem-se todos os que votaram naquele sentido porque, a coberto de uma maioria de voto, conseguiram eliminar as opiniões deste colega de Assembleia que individualmente merece igual respeito, mais não fosse por ser da oposição. Mal daqueles que matam a coberto de uma maioria, usando a Lei do Mais Forte, seja com o voto, seja com as armas. - -----

----- Para que não volte a acontecer, para que haja liberdade de opinião e de expressão, passados que vão trinta e três, (33), anos de democracia, passo a justificar. -----

----- Refiro-me claramente a todas as manobras, de “mostra e esconde, com o voto porque quero, e porque arrogantemente sou o Partido Socialista da “maioria”, constantes da Acta da Sessão desta Assembleia de vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, (29-09-2006), que a maioria Socialista fez aprovar na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e sete, (28-02-2007). Obtenha-se cópia da mesma e leia-se. Não vão perceber os que a lerem.-----

----- De facto a polémica levantada pelo signatário nasce no Relatório datado de 22 de Setembro de 2006, da Câmara Municipal de Odemira, assinado por Carlos Alberto Silva Oliveira, (vereador), onde entre outras “miudezas”, se refere à página 41, a uma adjudicação feita pelo APROVISIONAMENTO, nos seguintes termos: -----

----- Nome: Manuela Afonso & Rebelo Reis, Lda., -----

----- Assunto: Aquisição de Serviço de Elaboração do Projecto do Novo Edifício da Escola EB1 de S. Teotónio,-----

----- Destino: DOM,-----

----- Valor Adjudicação: 14.000,00 Euros + IVA,-----

----- Data do Despacho: 17-07-2006. -----

----- Ora de facto acontece que os Donos desta Empresa adjudicatária, que subscreveram a Proposta, um é membro eleito nas Listas do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, em pelo exercício do seu mandato, o Sr. João Miguel Nobre Rebelo dos Reis e o outro segundo consta é o cônjuge Maria Manuela Alexandre Lopes Afonso.-----

----- Mais não fosse, porque há mais, assim se vê como a Câmara Municipal de Odemira de maioria do Partido Socialista, paga a um dos seus eleitos a colaboração que dá nas votações desta Assembleia. Veja-se como desprestigiante é para os demais membros eleitos desse Partido, que sejam realmente livres, alguns houve que não votaram na citada censura, e se vêm envolvidos pelo “perfume” desta lógica.-----

----- É oportuno perguntar, se outros mais pagamentos haverá? encapotados ou que o signatário não conseguiu ver?. Será que naquele grupo de eleitos, uns são preferidos em relação aos outros? Há uns “bonitos” e outros “feios”.-----

----- Mas grave é também, o que mais há a relatar, ou seja, o modo como foi feita a adjudicação: -----

----- - Foram convidadas três Empresas de Projectos, a de São Teotónio, (preferida da Câmara PS), outra de Gondomar, outra de Odivelas. -----

----- - Todas as Empresas fornecem um valor exageradíssimo para a estimativa do custo das obras. Tanto dinheiro para construir duas salas de aula e zonas de expressão plástica, um gabinete de professores com instalações sanitárias, arrumos, tudo com cerca de 200m², custa para efeitos de honorários 250.000,00 euros (cerca de 50.000,00 contos), sem incluir o terreno, nem a topografia, nem as sondagens para análise da capacidade de carga do terreno de fundações?.-----

----- - Todas elas aplicam as Tabelas do Ministério das Obras Públicas, a taxas tabeladas, e todas portanto conduzem a honorários caríssimos. -----

----- - Veja-se o Caderno de Encargos que serviu de base à elaboração dos honorários, para perceber qual o Serviço que todos se propunham prestar e apura-se que todos os honorários em Proposta são caríssimos.-----

----- - Leia-se como uma informação interna do júri, sem qualquer conteúdo técnico, sem lógica, é escrita e subscrita e aceite pelos gestores políticos da Câmara Municipal.-----

----- - Isto é, qualquer munícipe, por mais ignorante que seja, porque a vida lhe custa a ganhar, sabe bem que quando tem preços todos eles muito elevados, decide sempre não comprar sem primeiro consultar outras Empresas, até que o Preço a pagar seja aceitável.-----

----- A menos que não haja outros fornecedores, como acontece com os artistas convidados nas Festas e Celebrações que abundam no nosso Portugal de hoje, algumas nem Público têm e Odemira não é excepção.-----

----- - Pois, neste caso parece que só há em Portugal e no concelho de Odemira, três Empresas de Projectos, (Gabinetes), competentes para elaborar um Projecto considerado “corrente” e uma delas está em São Teotónio e ao jeito dos espectáculos sem concurso, se adjudica ao artista preferido. Não haverá vergonha para com os Empresários que trabalham neste ramo e que pagando os seus impostos alimentam a Câmara Municipal. E são vítimas de concorrência desleal?-----

----- - Não era dever da Câmara Municipal consultar mais Gabinetes, inclusive sedeados no próprio município, acautelando sobretudo que não fizessem parte das Listas dos Eleitos em exercício de funções do Partido Socialista,-----

----- - E porquê, ninguém dos Gestores Políticos da Câmara se refere ao excessivo preço de todas as Propostas?.-----

----- Em minha opinião, há falta de vergonha, há falta de uma sociedade civil que acabe com esta “nacionalização” da economia local e nacional e que ganhe poderes para fiscalizar directamente os municípios e os seus actos, porque os deputados municipais e os vereadores da

oposição não conseguem mobilizar nesse acto a População, que mostra medo das represálias. Veja-se não estar ainda electrificada a zona rural à beira-mar e próximo do local do Festival do Sudoeste conhecida por Santoleira e Cabeço Queimado, onde há inúmeras famílias com filhos em idade escolar, ainda sem electricidade em casa e esbanjarem-se verbas a iluminar por todo o concelho casas em ruínas, sem habitantes e que só serviram para aumentar a especulação imobiliária.-----

----- Para finalizar, que fique claro que não se discute se o Projecto faz falta, porque não é isso que está em causa, nem nunca esteve. -----

----- Proponho a todos que leiam as palavras do verdadeiro discurso havido na Sessão da Assembleia e não o texto da Acta respectiva e veja-se a que “maioria” estamos entregues. -----

----- Pelo exposto, e porque nunca se aceitaria qualquer “convite à dança”, feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando sugeriu que eu colocasse o meu nome na Lista dos Aprovisionamentos, para mais tarde poder ser também consultado. Nunca o faria!. Senti-me profundamente ofendido nos meus valores. A minha Liberdade não está à venda, o meu voto também não e não luto pelos compadrios, nem pelas clientelas, sou contra as cunhas, sou contra os lugares de estacionamento privativos à porta das traseiras da Câmara em Odemira, ainda por cima, com pinturas amarelas de lugares reservados, mesmo em cima de um caminho pedonal, porque tal é indecoroso quando todos sabem o que sofrem para estacionar em Odemira, há primeiro que solucionar o problema dos estacionamentos para todos e depois usufruirmos, porque primeiro estão ao munícipes que alimentam com o seu trabalho a Câmara e só depois os eleitos. Não aceito mordomias. -----

----- Por isso e porque se trata dos Dinheiros Públicos, haja respeito. -----

----- Para bem da verdade,-----

----- Para bem do esclarecimento da População que quer ver, -----

----- Para que sirva de lição e nunca mais haja censura, -----

----- divulgo de seguida os textos verídicos dactilografados directamente a partir dos discursos gravados na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, (29-09-2006), (são três páginas com formato A4 que me foram fornecidas e que anexo), que a censura Socialista da Assembleia impediu com o voto, que fosse publicado na Acta dessa Sessão.-----

----- Leia-se e compare-se aquilo que consta do texto da Acta censurada e aprovada pela maioria PS da Assembleia em 28 de Fevereiro de 2007 e aquilo que foi dito e consta das gravações. Alertando ainda para o facto de nas gravações haver ainda mais conteúdo do que aquilo que foi passado a texto escrito em papel acima divulgado. -----

----- Todos percebem bem que ao esconder essa informação, estão a escondê-la de quase todos os munícipes concelho.-----

----- Repare-se que das gravações apenas me foi entregue algo do “ 1º minidisk” e algo do “ 4º minidisk”, tudo o resto é propriedade só de alguns, dos “pseudo-amantes da Democracia”.---

----- Odemira, 29 de Junho de 2007 -----

----- Raul Pinto de Albuquerque-----

----- **Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, realizada no dia 20/12/2006**

----- **1ª MINI DISK** -----

----- *Intervenção do senhor Raul de Albuquerque Tomás relativamente à acta de 29/09/2006*-----

----- **4 – 18m32s**-----

----- “(...) Nas páginas 27, 28 e 29 houve aqui naquela reunião uma pequena polémica com o senhor Presidente, não sei se o senhor Presidente se lembra, houve aqui uma pequena coisa por causa dos passeios pagos e os passeios não pagos. Mas isso, não é por isso que estou falando, quando nós falámos neste assunto, portanto na página 27, na sexta linha, a contar de cima, vem aqui dito que: «referindo-se ao mapa do aprovisionamento constantes das folhas 36

e seguintes, perguntou como eram feitas as adjudicações, perguntou por ultimo se havia algum impedimento aos membros da assembleia municipal fazerem trabalhos para a câmara», portanto isto está correcto. -----

----- Mas depois à frente, a resposta que foi dada é que não está transcrita, na minha opinião, tal e qual como se passou. Porque, o que me foi dito, foi para eu por o meu nome na lista do aprovisionamento, para me candidatar às adjudicações directas ou não. E isso é que não está aqui escrito na acta. -----

----- E depois não estando isso escrito, fica completamente fora de contexto, na página 28, a transcrição do meu comentário, porque a meio da página diz: por ultimo, disse eu (leu o que estava escrito...). O que é que me parece que falta aqui na transcrição do que foi aqui dito, foi à pergunta se podia ou não adjudicar serviços a membros da assembleia, foi dito que uns entendiam que sim e outros entendiam que não e que portanto se poderia analisar o assunto juridicamente. Isso não está escrito na acta. E depois foi dito para eu por o meu nome na lista do aprovisionamento para me candidatar às adjudicações. À qual eu reagi dizendo que não aceitava, mesmo que a lei mo permitisse.-----

----- Parece-me a mim que há aqui neste texto a omissão ou não, de informação vital, para se perceber o nexa da conversa, porque as minhas declarações depois aparecem descabidas do contexto, completamente descabidas de contexto, até parece que é um parvinho que está aqui sentado a dizer coisas. (...)-----

----- Para abono da verdade e para que as actas sejam realmente um documento com valor histórico, então eu propunha à Assembleia **que rectificasse este texto e que escrevesse aquilo que eu acabei de dizer**, que são só três assuntos: primeiro que não se tinha a certeza se era permitido ou não, legalmente, fazer esses ajustes a membros da Assembleia; segundo que foi dito que eu devia por o meu nome na lista do aprovisionamento e terceiro que eu me recusei a fazê-lo.”-----

----- **4ª MINI DISK** -----

----- *Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira, à questão levantada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, relativamente às listagens do Aprovisionamento para adjudicações de obras a membros da Assembleia Municipal.* -----

----- **46 – 0m01s** -----

----- “Eu desconheço, há quem diga que sim, há quem diga que não, se um Deputado Municipal pode ou não pode fazer projectos para a Câmara. Portanto, há quem diga que devido à relação contratual que existe, a história das facturas, é uma questão complicada. Há quem defenda que não pode, que não deve. Há quem defenda também, como eleito, digamos que é uma coisa que não vem à Assembleia Municipal, porque a factura é decidida na Câmara ou por delegação no Presidente, aos limites, até aos valores que a lei diz. Portanto, como deputado, não tem participação na deliberação ou no despacho que manda pagar a factura. Há quem diga que pode.-----

----- Eu acho que neste caso como o Sr. Deputado é profissional e naturalmente, portanto, poderá ser consultado, desde que lá na ficha dos fornecedores habituais conste, de facto, o seu nome também, e nós agimos em rotação nesse aspecto, com um número x de empresas que eu não sei qual é, nem conheço. Conheço as pessoas que às vezes, há problemas e, querem falar com o Presidente, mas de facto os serviços técnicos é que fazem isso. -----

----- Naturalmente, eu se fosse a si poria o problema ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nós não nos importaríamos de estudar a questão ao nível do Gabinete Jurídico. -----

----- *Resposta do senhor Raul* -----

----- **79 – 0m10s** -----

----- “Eu entendo que a mulher de César, segundo um ditado antigo, não basta ser séria, também tem que parecer. E portanto qualquer membro da Assembleia tenha ou não tenha, não pode fazer parte das listas, não lhe podem adjudicar serviços, portanto eu não vou aceitar

adjudicações nenhuma, nem sequer vou fazer parte de lista nenhuma, mas entendo que membros desta Assembleia também não deviam aceitar, tenham ou não qualidade para isso ou não.” -----

----- **Ponto três:** 5ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2007: 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E 3ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião:-----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0539-2007 - 5ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL -----
----- . 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA;-----
----- . 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA;-----
----- . 1ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS;-----
----- . 3ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----

----- Foi presente a 5ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2007, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 3ª Revisão ao Orçamento da Receita, 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais e 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresentava os seguintes valores: -----

----- **ORÇAMENTO DA RECEITA:** -----

----- Inscrições/Reforços: 113.000,00 € (cento e treze mil euros); -----

----- Diminuições/Anulações: 0,00 € (zero euros). -----

----- **ORÇAMENTO DA DESPESA:**-----

----- Inscrições/Reforços: 681.150,00 € (seiscentos e oitenta e um mil cento e cinquenta

euros); - -----
----- Diminuições/Anulações: 568.150,00 € (quinhentos e sessenta e oito mil cento e cinquenta euros);-----
----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----
----- Inscrições/Reforços: 150.150,00 € (cento e cinquenta mil cento e cinquenta euros); ----
----- Diminuições/Anulações: 2.150,00 € (dois mil cento e cinquenta euros); -----
----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----
----- Inscrições/Reforços: 321.000,00 € (trezentos e vinte e um mil euros);-----
----- Diminuições/Anulações: 536.000,00 € (quinhentos e trinta seis mil euros).-----
----- Propõe-se aprovar nos termos propostos. -----
----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.” -----
----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----
----- **Ponto quatro:** PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião: -----
----- “3 - ASSUNTO N.º 0548-2007 - PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJECTO

DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODEMIRA. -----

----- Foi elaborada pela Divisão da Rede Viária e Espaços Urbanos, a informação n.º 165/2007, através da qual solicita a aprovação do Regulamento Cemitério Municipal de Odemira. -----

----- Propõe-se a aprovação do referido projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

----- Interveio a senhora Dulce Raposo que perguntou, se o Regulamento em causa destinava-se apenas ao cemitério de Odemira ou aplicava-se a todos os cemitérios do concelho de Odemira.-----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que manifestou o seu agrado pela mudança do horário do cemitério, uma vez que era uma proposta que vinha fazendo desde há muito tempo. - -----

----- Referindo-se ao número um do artigo trigésimo do presente Regulamento considerou que deveria ser emitido um requerimento para as exumações, passado pelo senhor Presidente da Câmara. Disse ainda que esse requerimento permitiria que as pessoas fossem contactadas para indicarem o destino das ossadas. -----

----- Relativamente ao número um do artigo quadragésimo quinto lembrou que, se a transmissão de jazigos e sepulturas perpétuas fosse efectuada de pais para filhos, não haveria lugar ao pagamento de impostos.-----

----- Em relação ao artigo sessenta e nove, perguntou se o carro funerário era considerado uma viatura particular. -----

----- Considerou ainda que o número dois do artigo septuagésimo era um contra-senso. -----

----- Por último, informou que as remissões constantes no artigo septuagésimo sexto estavam incorrectas. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se ao artigo octogésimo, perguntou o porquê de estar referida na alínea d) a Polícia de Segurança Pública, como destinatária do produto das coimas. -----

----- Interveio o Vereador Carlos Oliveira que relativamente às transmissões, informou que vinha expresso no artigo que apenas seriam cobrados os impostos, “...que forem devidos ao Estado”. -----

----- Relativamente à entrada de viaturas particulares, informou que o artigo estava plasmado no anterior regulamento que estava em vigor desde mil novecentos e sessenta e até ao momento não tinha havido qualquer problema com a entrada dos carros das agências funerárias no cemitério. -----

----- Em relação à referência à Polícia de Segurança Pública, disse que se tratava do cumprimento integral do que estava estipulado na lei base. -----

----- Por último, disse que as remissões constantes no artigo septuagésimo sexto estavam incorrectas, pelo que teriam de ser revistas. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que se tratava do Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira e não do concelho de Odemira. -----

----- Disse ainda que o documento em causa deveria baixar novamente ao Executivo Municipal, uma vez que as remissões estavam incorrectas e porque a Assembleia Municipal não tinha competência para fazer alterações. -----

----- Por último, referiu que haviam questões que não poderiam ser alteradas, porque resultavam do que estava expresso na Lei número quatrocentos e onze barra noventa e oito de trinta de Dezembro. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que propôs que fosse retirado o

assunto da Ordem de Trabalhos, para que procedessem às devidas correcções. -----

----- Esta proposta foi aprovada por consenso. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e vinte minutos do dia trinta de Junho. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----